



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) Nº 0600448-51.2019.6.00.0000 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Relator: Ministro Og Fernandes

Interessado: Paulo Roberto Roque Antônio Khouri

Advogado: Marcel Batista Yokomizo – OAB: 21201/DF

PROCESSO ADMINISTRATIVO. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO NÃO ELEITO. CARGO DE SENADOR. SISTEMA DIVULGACAND. PEDIDO DE EXCLUSÃO DE DADOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS. EXPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES. DIREITO DO ELEITOR E DOS DEMAIS ATORES DO JOGO POLÍTICO. PLEITO FINDO. FINALIDADE EXAURIDA. DIREITO À PRIVACIDADE DO EX-CANDIDATO. PREVALÊNCIA. DEFERIMENTO.

1. Pedido de candidato não eleito ao cargo de senador nas Eleições 2018 de retirada de suas informações pessoais do Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand).
2. O Sistema DivulgaCand é um recurso disponibilizado na rede mundial de computadores, que possibilita o acesso, pelos cidadãos, de informações detalhadas acerca de todos os candidatos que pediram o registro na Justiça Eleitoral, como nome completo, nome escolhido para urna, partido (e coligação), número, cargo eletivo a disputar, situação do processo de registro de candidatura, declaração de bens, certidões criminais e página oficial.
3. O DivulgaCand constitui importante ferramenta que visa a informar os eleitores sobre os candidatos que disputam as eleições, legitimando sobremaneira o processo eleitoral, dada a transparência das informações, fonte de auxílio nas escolhas pessoais, refletindo em aumento na qualidade do voto.
4. Quando alguém decide concorrer a cargo público, torna-se pessoa pública, devendo se submeter às normas que regulam o pleito, a exemplo da disponibilização, aos demais atores do jogo político – eleitores, veículos de comunicação, adversários, Ministério Público, entre outros –, de seus dados pessoais e patrimoniais, que possibilitam a fiscalização e o controle social, fortalecendo a democracia e seus consectários, como os princípios da publicidade, da moralidade e da eficiência.
5. Após o encerramento do processo eleitoral, muitas informações, de caráter pessoal e patrimonial, de candidatos que deixaram de ser eleitos não necessitam mais ficarem expostas ao público, prevalecendo, nessas hipóteses, o direito à privacidade, sobretudo



para aqueles que não são considerados pessoas públicas. Nessas situações, a finalidade eleitoral da publicidade de dados pessoais se esgota.

6. A jurisprudência do TSE é no sentido de permitir a restrição à divulgação dos dados pessoais e patrimoniais de ex-candidatos após o encerramento do processo eleitoral. Assim, já no curso do mandato do cargo para o qual concorreram, a intimidade de candidatos derrotados prevalecerá sobre a publicidade eleitoral, visto que inexiste, a partir desse momento, interesse público na permanência da exposição.

7. O entendimento desta Corte Superior vai ao encontro das disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 –, a qual ainda entrará em vigor.

8. A nova legislação regula o tratamento, por pessoa física ou jurídica, de dados pessoais e sensíveis, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, sendo aplicável, ainda, aos entes públicos, nos termos dos arts. 1º, parágrafo único, 3º, 5º, 7º, 10, 11, 15 e 23.

9. O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve ser realizado para atender à sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o escopo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público e concretizar políticas públicas. Logo, verificado que tal propósito foi alcançado ou esgotado, deixando os dados de ser necessários ou pertinentes segundo a causa justificadora, torna-se imprescindível promover o término desse tratamento, mormente se o acesso a eles for de caráter público.

10. Pedido deferido, a fim de que o TRE/DF seja oficiado para que promova os ajustes no Sistema DivulgaCand, classificando os dados pessoais e patrimoniais do requerente como “não divulgável”.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em deferir o pedido para que o TRE/DF seja oficiado para promover os ajustes no Sistema DivulgaCand, classificando os dados pessoais e patrimoniais do requerente como não divulgável, e determinar que se comunique também a STI para que promova estudos e aperfeiçoamentos no Sistema DivulgaCand, para incluir novas funcionalidades, de modo a permitir a preservação da privacidade dos ex-candidatos, como nas situações ora em exame, nos termos do voto do relator.

Brasília, 16 de junho de 2020.

MINISTRO OG FERNANDES – RELATOR



RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO OG FERNANDES: Senhor Presidente, o candidato não eleito ao cargo de senador pelo Partido Novo (NOVO) – Distrito Federal, nas Eleições 2018, Paulo Roberto Roque Antônio Khouri, formula pedido de retirada de suas informações pessoais do Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand).

Alega, em síntese, a necessidade de se preservar o direito à privacidade dos candidatos não eleitos em pleitos eleitorais, sobretudo porque eventual remoção dos dados pessoais destes “[...] não afasta o direito do cidadão ao amplo acesso às informações de todo o processo eleitoral já transcorrido [...]” (ID 14701338, fl. 1).

Acrescenta, na petição, que o (ID 14701338, fl. 2):

[...] direito à privacidade dos dados pessoais do Requerente, bem como de sua declaração de renda, merece ser preservado por evidente ausência de interesse na exposição de seus dados e por não ultrajar, definitivamente, os objetivos subjacentes ao dever de publicidade das informações dos candidatos.

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Diretoria-Geral apresentaram informações (ID 15652288 e ID 16026888).

Assessoria Consultiva (Assec) manifestou-se pelo deferimento do pedido, “[...] a fim de que sejam retirados da página da internet deste Tribunal (Sistema DivulgaCand2018) os dados pessoais e aqueles referentes aos bens patrimoniais do requerente” (ID 19421088). Confirma-se a ementa do parecer:

Requerimento. Exclusão de informações pessoais e patrimoniais constantes da declaração de bens. Sistema de Divulgação de Candidaturas – DivulgaCand da Justiça Eleitoral. Fornecimento dos dados no momento do registro de candidatura. Eleições 2018. Candidato não eleito. Finalidade da divulgação atingida. Preservação do direito à intimidade e à privacidade. Precedentes. PARECER pelo deferimento do pedido.

Por seu turno, o Ministério Público Eleitoral também opinou pelo acolhimento do requerimento, em peça assim ementada (ID 26391038, fl. 1):

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS DISPONÍVEIS PARA ACESSO PÚBLICO POR MEIO DO SISTEMA DE DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS – DIVULGACAND. CANDIDATO NÃO ELEITO AO SENADO FEDERAL. ESCOPO DA PUBLICIDADE EXAURIDO COM O ENCERRAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL. PRECEDENTES.

- Parecer pelo deferimento do pedido.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO OG FERNANDES (relator): Senhor Presidente, assevero, de início, que o Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand) é um recurso disponibilizado na rede mundial de computadores, que possibilita o acesso, pelos cidadãos, de informações detalhadas acerca de todos os candidatos que pediram o registro na Justiça Eleitoral.

Assim, são disponibilizados diversos dados dos candidatos, como nome completo, nome escolhido para urna, partido (e coligação), número, cargo eletivo a disputar, situação do processo de registro de candidatura, declaração de bens, certidões criminais e página oficial.

Em outras palavras, por meio desse sistema, é possível consultar o quantitativo de candidaturas e verificar a situação de cada candidato, bem como todos os seus dados informados à Justiça Eleitoral.



Como se depreende, o DivulgaCand é importante ferramenta que visa a informar os eleitores sobre os candidatos que disputam as eleições, legitimando sobremaneira o processo eleitoral, dada a transparência das informações, fonte de auxílio nas escolhas pessoais, refletindo em aumento na qualidade do voto.

Deveras, quando alguém decide concorrer a cargo público, torna-se pessoa pública, devendo se submeter às normas que regulam o pleito, a exemplo da disponibilização, aos demais atores do jogo político – eleitores, veículos de comunicação, adversários, Ministério Público, entre outros –, de seus dados pessoais e patrimoniais, que possibilitam a fiscalização e o controle social, fortalecendo a democracia e seus consectários, como os princípios da publicidade, da moralidade e da eficiência.

Por pertinente, transcrevo o seguinte trecho do parecer da Assec (ID 19421088):

[...] A Justiça Eleitoral executa uma série de providências que visam a resguardar a transparência de todo o processo eleitoral e, nesse contexto, de todas as informações de interesse público, permitindo, assim, um maior controle social por parte dos cidadãos, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade, da moralidade e da eficiência.

Exemplo disso é o Sistema de Divulgação de Candidaturas para as Eleições – DivulgaCand, disponível no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvido com o objetivo de conferir aos eleitores maior transparência em relação aos que solicitarem registro de candidatura à Justiça Eleitoral.

Por meio desse Sistema, é possível consultar o quantitativo de candidaturas por município, a situação dos candidatos e as informações a eles relativas, como, por exemplo: nome completo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, ocupação, grau de instrução, legenda partidária, coligação à qual pertence, situação do pedido de registro, proposta de governo, declaração de bens etc.

A declaração de bens, por exemplo, serve como instrumento de fiscalização, visando a combater o enriquecimento ilícito, tendo em vista a possibilidade de acompanhamento da evolução patrimonial do candidato.

Dessa forma, quando o cidadão decide concorrer a um cargo político, ele se torna uma pessoa pública, devendo submeter-se às normas que regem o pleito, o que inclui a disponibilização de seus dados pessoais a toda a população e também a órgãos da imprensa.

Todavia, após o encerramento do processo eleitoral, muitas informações, de caráter pessoal e patrimonial, de candidatos que deixaram de ser eleitos não necessitam mais ficarem expostas ao público, prevalecendo, nessas hipóteses, o direito à privacidade, sobretudo para aqueles que não são considerados pessoas públicas. É dizer, nessas situações de ex-candidatos, a finalidade eleitoral da publicidade de dados pessoais se esgota.

De fato, a jurisprudência do TSE era no sentido de não mais subsistir interesse público na exposição de certos dados pessoais de ex-candidatos na internet quando encerrado o período de mandato para o cargo ao qual haviam concorrido, de modo que tais informações poderiam ser retiradas do Sistema DivulgaCand (PA nº 501-91/PR, rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 26.11.2013, *DJe* de 14.2.2014; Pet nº 534-47/CE, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgada em 23.9.2014, *DJe* de 7.10.2014; e Pet nº 508-49/SP, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgada em 23.9.2014, *DJe* de 7.10.2014).

Consoante o Ministro Dias Toffoli, no julgamento do PA nº 501-91/PR,

[...] não vejo razão para que informações – como o endereço, telefones, e-mails e relação dos bens patrimoniais – relacionadas aos candidatos que perderam a eleição continuem expostas na internet, após o encerramento do período de mandato para o qual concorreram. É uma exposição excessiva e sem utilidade prática à sociedade ou à Justiça Eleitoral.

(PA nº 501-91/PR, rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 26.11.2013, *DJe* de 14.2.2014)

Mais recentemente, esse entendimento evoluiu, permitindo a restrição à divulgação dos dados pessoais e patrimoniais de ex-candidatos após o encerramento do processo eleitoral, ou seja, a



intimidade de *players* derrotados prevalecerá sobre a publicidade eleitoral já no curso do mandato do cargo para o qual concorreram, visto que inexistente, a partir daquele momento, interesse público na permanência da exposição. Confira-se o seguinte precedente:

ELEIÇÕES 2012. SISTEMA DIVULGACAND. PEDIDO DE EXCLUSÃO DE DADOS PESSOAIS. DECLARAÇÃO DE BENS. CANDIDATO NÃO ELEITO. CARGO. VEREADOR. FINALIDADE DA DIVULGAÇÃO ATINGIDA. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE (CRFB/88, ART. 5º, X). DEFERIMENTO.

1. A retirada, do Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand), de informações de candidatos não eleitos após o encerramento do período de mandato para o qual concorreram é admissível conforme jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Precedente (PA nº 501-91/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 14.2.2014).

2. In casu, apesar de os mandatos iniciados em 2012 ainda estarem em curso, verifico que a Requerente não foi eleita, evidenciando-se a superveniente ausência de interesse na exposição de seus dados, motivo pelo qual a mesma *ratio* que preside o precedente supra deve incidir na hipótese.

3. O juízo de ponderação entre o direito do cidadão ao amplo acesso às informações relativas aos *players* da competição eleitoral e o direito à privacidade dos candidatos não prescinde da análise do lapso temporal decorrido entre a realização do pleito e a data do requerimento, além do exame das circunstâncias do caso concreto.

4. O direito à privacidade da Requerente merece ser preservado, notadamente porque a restrição das informações atinentes à relação de bens não ultraja os objetivos subjacentes ao dever de publicidade das informações dos candidatos.

5. No caso *sub examine*, além de as eleições terem ocorrido em 2012, a Requerente vem sofrendo reiteradas ameaças e constrangimentos em virtude da referida divulgação e manutenção, até o presente momento, dos seus bens pessoais no Sistema DivulgaCand, razão pela qual o equacionamento da controvérsia reclama a efetiva proteção à garantia fundamental da privacidade.

6. Deferimento do pedido, oficiando o Cartório Eleitoral respectivo, a fim de que proceda aos ajustes necessários para as informações relativas à Requerente serem abarcadas pela opção “não divulgável” no Sistema DivulgaCand.

(Pet nº 493-80/RJ, rel. Min. Luiz Fux, julgada em 17.3.2015, DJe de 5.5.2015 – grifos acrescidos)

O MPE, de igual maneira, prega que (ID 26391038):

[...] no regime democrático os eleitores têm o direito de ser informados acerca de dados que os auxiliem a aferir a probidade dos aspirantes aos cargos políticos, a fim de que exerçam, de modo responsável e consciente, o sufrágio.

Ocorre, no entanto, que esse mesmo direito encontra termo, em relação ao candidato que não foi eleito, tão logo venha a se encerrar o processo eleitoral. A partir desse momento, deve prevalecer o direito fundamental à privacidade. (grifos acrescidos)

Outrossim, tal entendimento vai ao encontro das disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 –, a qual ainda entrará em vigor.

Deveras, a novel legislação regula o tratamento, por pessoa física ou jurídica, de dados pessoais e sensíveis, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, sendo aplicável, ainda, aos entes públicos, nos termos dos arts. 1º, parágrafo único, 3º, 5º, 7º, 10, 11, 15 e 23.



Assim, como o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve ser realizado para atender à sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o escopo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público e concretizar políticas públicas, verificado que tal propósito foi alcançado ou exaurido, deixando os dados de ser necessários ou pertinentes segundo a causa justificadora, torna-se imprescindível promover o término desse tratamento, sobretudo se o acesso a eles for de caráter público, como no caso.

Extraí-se dos autos eletrônicos que o requerente disputou o cargo de senador pelo NOVO – DF nas Eleições 2018, mas não obteve êxito, de forma que procede a pretensão de que seja restringido o acesso público a seus dados pessoais e patrimoniais no Sistema DivulgaCand2018. Aliás, pedidos semelhantes foram deferidos pela Presidência do Tribunal Superior Eleitoral nos processos SEI nºs 2017.00.000014690-9 e 2019.00.000001466-3.

A propósito, transcrevo a seguinte passagem da manifestação da Assec (ID 19421088):

No caso ora em análise, o requerente concorreu ao cargo de senador da República nas Eleições de 2018, pelo Partido Novo/DF, não tendo logrado êxito no certame eleitoral. É o que consta do Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais da Justiça Eleitoral – DivulgaCand.

Assim, na linha do entendimento firmado na mencionada PET nº 493-80/RJ, entende-se pela pertinência da exclusão dos dados pessoais e de bens do requerente do Sistema DivulgaCand2018, ainda que o prazo da legislatura para a qual o interessado concorreu esteja em curso.

Ressalva-se, por oportuno, a impossibilidade de existir um controle efetivo em relação à propagação dos dados fornecidos pelos candidatos no momento do registro da candidatura, pois, ao se garantir a publicidade ampla e irrestrita desses dados, qualquer pessoa pode copiá-los, armazená-los e publicá-los em diversos lugares.

Por fim, registre-se que requerimentos similares foram deferidos pela Presidência do TSE nos processos SEI nºs 2017.00.000014690-9 e 2019.00.000001466-3.

Nesse contexto, cumpre avaliar a viabilidade técnica de exclusão do DivulgaCand dos dados pessoais do ex-candidato, diante das ponderações feitas pela STI de que o sistema não possui classificação de informações pessoais, o que resultaria na exclusão da própria informação acerca da candidatura do requerente. Nesse sentido (ID 15652288, fl. 1):

Em atenção ao requerimento para retirada das informações pessoais do candidato PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI (SEI 1121982), candidato a senador pelo Distrito Federal nas Eleições 2018, do Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – Divulga Cand –, informo que as informações de uma candidatura podem ser retiradas do referido sistema pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF) através de funcionalidade própria no Sistema de Candidaturas disponibilizado a todos os regionais para a administração dos dados das candidaturas registradas na sua circunscrição. Após o uso da funcionalidade citada, a exclusão de uma candidatura no sistema Divulga Cand ocorrerá em até 24 horas.

Cabe informar que, após o uso de tal opção, as informações do referido candidato se tornarão indisponíveis, pois o sistema não possui classificação de informações pessoais. (grifos acrescentados)

Ao se deparar com tal problemática, o Ministro Luiz Fux, na Pet nº 493-80/RJ, acolheu a então sugestão da STI de que fossem feitos ajustes, para que as informações pessoais e patrimoniais de ex-candidato fossem enquadradas na opção “não divulgável”, atendendo à finalidade de não exposição desses dados, sem que a candidatura seja excluída da base de dados do TSE. Confira-se trecho de seu voto:

Na sequência, tendo em conta a imprescindibilidade de que o presente feito alcance resultado útil e diante da informação no sentido da impossibilidade técnica de excluir apenas a relação patrimonial do referido sistema, entendo por bem acolher a sugestão preconizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação desta Corte



Superior (fls. 29). Desse modo, determino que seja oficiado o Cartório Eleitoral respectivo, a fim de que proceda aos ajustes necessários para que as informações relativas à Requerente sejam abarcadas pela opção “não divulgável” no Sistema DivulgaCand.

Friso, por oportuno, que tal providência atenderá a finalidade perseguida pela Interessada, uma vez que seus dados não serão divulgados, mas continuarão fazendo parte da base de dados (fls. 29).

(Pet nº 493-80/RJ, rel. Min. Luiz Fux, julgada em 17.3.2015, *DJe* de 5.5.2015)

Assim, o requerimento formulado deve ser acolhido, a fim de que o TRE/DF, no lugar de excluir, promova o enquadramento das informações pessoais e patrimoniais do requerente na opção “não divulgável” do Sistema DivulgaCand, preservando o seu direito à privacidade e à intimidade.

Ante o exposto, **defiro** o pedido para que o TRE/DF seja oficiado para promover os ajustes no Sistema DivulgaCand, classificando os dados pessoais e patrimoniais do requerente como “não divulgável”.

Comunique-se também a STI para que promova estudos e aperfeiçoamentos no Sistema DivulgaCand, para incluir novas funcionalidades, de modo a permitir a preservação da privacidade dos ex-candidatos, como nas situações ora em exame.

É como voto.

EXTRATO DA ATA

PA nº 0600448-51.2019.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Og Fernandes. Interessado: Paulo Roberto Roque Antônio Khouri (Advogado: Marcel Batista Yokomizo – OAB: 21201/DF).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido para que o TRE/DF seja oficiado para promover os ajustes no Sistema DivulgaCand, classificando os dados pessoais e patrimoniais do requerente como não divulgável, e determinou que se comunique também a STI para que promova estudos e aperfeiçoamentos no Sistema DivulgaCand, para incluir novas funcionalidades, de modo a permitir a preservação da privacidade dos ex-candidatos, como nas situações ora em exame, nos termos do voto do relator.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (presidente), Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Renato Brill de Góes.

SESSÃO DE 16.6.2020.

